

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE**

**BOLSISTA:** LYARA VICTORIA ALVES SANTOS (BOLSISTA EIC)

**LINHA DE PESQUISA:** PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA

**CONTEMPORÂNEA PERÍODO DA COLETA:** 01/03/2024 até 31/03/2024

**DATA DA NOTÍCIA:** 01/03/2024

Título: Sem consenso sobre guerras, texto do G20 financeiro foca no combate à desigualdade

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/sem-consenso-sobre-guerras-texto-do-g20-financeiro-foca-no-combate-a-desigualdade/>

Sem consenso para um comunicado conjunto, o G20 financeiro divulgou como comunicado final um texto com foco no combate à desigualdade que traz avanços da perspectiva da tributação internacional. Essa é a avaliação do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Apesar de não fechar o encontro com um texto conjunto, o ministro avalia que o encontro foi “um sucesso, com final apoteótico”.

“Os debates aconteceram como imaginamos, foram muito bem aceitos os temas propostos pelo Brasil e o tema da desigualdade foi especialmente valorizado”, disse Haddad em coletiva de imprensa na noite desta quinta-feira (29). O ministro brasileiro também aponta que houve avanço em relação à proposta da taxação das grandes fortunas no mundo. “É uma agenda que foi saudada como pertinente e bem vinda, para termos um horizonte de aprofundamento dessa temática.

O tema das guerras na Faixa de Gaza e na Ucrânia provocaram divergências entre os países e impossibilitaram uma redação conjunta dos países, que foram discutidos no G20 diplomático, que reuniu chanceleres dos países membros no Rio de Janeiro. Sem chegar a um consenso nesse encontro anterior, acabaram “contaminando” a discussão do G20 financeiro em São Paulo, avalia o ministro.

“Nós havíamos nutrido a esperança de que temas mais sensíveis à geopolítica fossem discutidos no sherpa diplomático [G20 diplomático]. Mas como não se chegou a uma redação comum no Rio de Janeiro isso acabou contaminando o consenso na nossa. No que diz respeito aos temas afeitos ao nosso grupo, nós chegamos a uma redação absolutamente consensual.”

O texto publicado na noite desta quinta (29) saiu como um “chair statement”, um comunicado oficial da presidência do G20, escrito por Haddad, que traz os nove pontos que obtiveram consenso na parte econômica.

“Em 2024, vamos focar na integração da desigualdade como uma preocupação política fundamental; aprimorando a representação e voz dos países em desenvolvimento na tomada de decisões em instituições econômicas e financeiras globais para proporcionar instituições mais eficazes, credíveis, responsáveis e legítimas”, destaca o texto, que traz os nove pontos consensuados entre os países.

**DATA DA NOTÍCIA:** 02/03/2024

Título: Como o novo programa do governo federal quer mudar o modo como imóveis públicos são tratados

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/02/como-o-novo-programa-do-governo-federal-quer-mudar-o-modo-como-imoveis-publicos-sao-tratados>

Prédios e terrenos abandonados que pertencem à União finalmente poderão servir de moradia ou abrigar infraestruturas públicas úteis à população. Lançado no dia 26 de fevereiro no Palácio do Planalto, o programa Imóvel da Gente tem como prioridade enfrentar o déficit habitacional, que explodiu nos últimos anos no Brasil, mas quer ainda mudar uma estratégia considerada imediatista e ineficiente no trato dos bens federais.

Encabeçado pela ministra de Gestão e da Inovação em Serviço Público (MGI), Esther Dweck, e endossado pelo presidente Lula (PT), presente no evento, o programa vai em sentido oposto ao historicamente exercido pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, durante coletiva de imprensa posterior ao lançamento, fez menção ao plano de Paulo Guedes, ministro da Economia do ex-presidente Jair Bolsonaro, que chegou a estimar uma receita de R\$ 1 trilhão com a venda dos imóveis da União.

"A lógica do programa é substituir aquele modelo antigo de somente fazer caixa. Muitas vezes a alienação se dava a preços questionáveis, porque por estarem muitas vezes em situações degradadas esses imóveis eram vendidos a preços muito baixos. É substituir essa lógica por uma lógica de garantir a função social do imóvel", explicou o ministro.

Dweck também contestou a tese de que "valorizar é vender, quando na verdade a venda pode ser uma desvalorização do patrimônio". Em uma breve apresentação sobre os principais pontos do programa, ela apontou que os imóveis selecionados poderão ter quatro instrumentos de destinação patrimonial: cessão, que pode ser gratuita, onerosa ou em

condições especiais; doação com encargos para provisão habitacional, regularização fundiária ou empreendimentos sociais; entrega para órgãos federais; ou alienação/ permuta por outro imóvel ou nova edificação.

De acordo com cálculos do MGI, mais de mil imóveis pertencentes ao governo federal podem ser enquadrados em alguns desses modelos nos próximos três anos, incluindo grandes áreas em locais valorizados de centros urbanos, como aeroportos ou estações ferroviárias inativas. Há ainda parte dos mais de 3 mil imóveis não operacionais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que são passíveis de terem destinações sociais.

Além de atender demandas antigas de prefeituras e governos estaduais, o Imóvel da Gente também prevê parcerias com o setor privado, que poderão ocorrer em diversos formatos. Segundo a ministra Dweck, a maior inovação é a modalidade em que há uma espécie de permuta com empresários.

"Você faz um leilão, só que o valor do leilão, a maneira como se paga é em obras, em construção. Ou seja, eu troco patrimônio por patrimônio. Um patrimônio que não tem utilização melhor para o setor público, mas pode ser utilizado pelo setor privado, que constrói patrimônios para o setor público, que podem ser habitação, o equipamento social, então essa é a lógica de participação", resume.

**DATA DA NOTÍCIA:** 04/03/2024

Título: Lula assina projeto de regulamentação para trabalhadores de aplicativos

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/04/lula-assina-projeto-de-regulamentacao-para-trabalhadores-de-aplicativos>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou nesta segunda-feira (4) o projeto de lei que prevê a regulamentação do trabalho por aplicativos. O texto, que regulamenta somente o transporte em veículos de quatro rodas, foi enviado ao Congresso Nacional com urgência constitucional. Isso significa que Câmara dos Deputados e Senado terão 45 dias cada para analisar a proposta.

Na cerimônia de assinatura, Lula afirmou que "esse é um dia muito diferente de outros, porque algum tempo atrás ninguém nesse país acreditava que seria possível estabelecer uma mesa de negociação entre trabalhadores e empresários e que essa negociação fosse concluir numa organização diferente no mundo trabalho".

"Toda vez que tem uma inovação tecnológica, a gente pensa que o mundo vai acabar. A própria categoria vai tratando de se organizar e encontrar um jeito de sobreviver. (...) Eu não sou contra o trabalhador do comércio trabalhar de domingo. (...) Os sindicatos querem

que as pessoas tenham uma jornada respeitada. O que estamos fazendo aqui é uma lição", afirmou Lula. "Vocês acabaram de criar uma nova modalidade no mundo do trabalho."

O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, afirmou que o projeto foi finalizado após uma série de "controvérsias" sobre a inclusão ou não dos trabalhadores na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

"Ocorre que Lula fez um compromisso em campanha eleitoral de trabalhar a regulamentação. Mas nunca dissemos que seria pela CLT ou não, porque é um processo em debate de um novo momento do mercado de trabalho e de escolha. O que nós mais ouvimos de trabalhadores de aplicativos que não querem ser enquadrados na CLT. Mas também ouvimos de trabalhadores que gostariam de dar CLT", afirmou Marinho durante a cerimônia de assinatura do projeto de lei, no Palácio do Planalto, nesta segunda.

"O que o governo fez foi organizar e provocar um diálogo de partes. Esse diálogo que deve dar continuidade. O que nasce aqui é uma organização de uma categoria diferenciada, autônoma e com direitos."

Leandro Medeiros, presidente do Sindicato de Motoristas em Aplicativo do Estado de São Paulo, considerou positiva a presença das empresas na mesa de negociação. "As empresas estão há 10 anos no Brasil e sequer chamou o movimento sindical para discutir a vida do trabalhador. Daremos um novo passo de regulamentação e respeito a essa classe que foi tão importante durante a pandemia, levando várias categorias para trabalhar", disse Medeiros.

"Os trabalhadores queriam liberdade de trabalho. Dentro do projeto de lei, defendemos a liberdade de trabalho. Mas não podemos deixar um milhão e meio de trabalhadores no esquecimento. Chegou o momento dessa regulamentação, de trazer a clareza que são pais de famílias, que não são números. Infelizmente em governos passados sequer foram chamados para conversar."

"O motorista está trabalhando com carro sucateado, sem condições de trocar, porque o trabalhador entra com a mão de obra e seu bem. Quando passam alguns anos, sequer tem saúde e muito menos o bem para trabalhar. Muitos deles desistem do trabalho e ficam desamparados", afirmou o presidente do sindicato.

André Porto, diretor-executivo da Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia (Amobitec), que também estava na cerimônia representando as empresas, também celebrou o projeto de lei.

"Temos consciência de que a nossa participação no processo não se encerra aqui. Com o mesmo espírito aberto e construtivo, iremos dialogar com os membros do Legislativo e todos os atores da sociedade que sejam de uma forma ou outra influenciados pela regulamentação proposta para que possamos avançar e, ao fim, garantir a implementação de uma regulamentação justa e equilibrada", disse Porto.

"Atualmente, a atividade intermediada por plataforma digitais proporciona renda mais de 1,6 milhão famílias em todo o Brasil. Este número certamente tem a crescer. A proposta de uma regulamentação que garanta segurança jurídica para que empresas continuem investindo e ao mesmo tempo que garanta direitos aos trabalhadores de aplicativos certamente será um marco histórico para essa indústria no Brasil e um exemplo para os demais países."

A iniciativa vem após o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) criar, em meados do ano passado, um grupo de trabalho (GT) tripartite que estudou o assunto a partir de um diálogo entre representantes da gestão, das empresas e dos trabalhadores. Após diferentes costuras e ainda em meio a divergências sobre o assunto, o governo abandonou a ideia de arbitrar a favor da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para o segmento.

**DATA DA NOTÍCIA:** 06/03/2024

Título: 'Não se trata de legalização', pontua Barroso em julgamento do STF sobre porte de drogas

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/06/nao-se-trata-de-legalizacao-pontua-barroso-em-julgamento-do-stf-sobre-porte-de-drogas>

Durante a reabertura do julgamento do caso que discute porte de droga no país, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, afirmou nesta quarta-feira (6) que a Corte não está decidindo se irá legalizar drogas ilícitas. A manifestação de Barroso vem após articulação da bancada evangélica do Congresso Nacional para tentar adiar a análise do tema, que começou a ser debatido pela Corte em 2015, mas estava em banho-maria desde agosto do ano passado.

O ministro destacou que o que está em discussão é o artigo 28 da Lei de Drogas (Lei 13.343/06), segundo o qual "quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo para consumo pessoal drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: advertência sobre os efeitos das drogas; prestação de serviços à comunidade; medida educativa de comparecimento à programa ou curso educativo".

Do ponto de vista mais concreto, a Corte analisa um recurso extraordinário que questiona uma decisão da Justiça de São Paulo que manteve a condenação de um homem flagrado com 3 gramas de maconha. Após os procedimentos policiais relacionados ao caso, o homem foi enquadrado no artigo 28 da referida norma e, agora, o plenário do STF avalia se porte de droga para consumo próprio deve ou não ser considerado crime. Inicialmente, a análise era mais abrangente, abarcando ainda outros tipos de droga, mas os ministros

decidiram afunilar o julgamento para tratar apenas de porte de cannabis. O caso tem repercussão geral, o que significa que a decisão final a ser tomada pelo plenário irá impactar todos os demais processos judiciais sobre o tema no Brasil.

"A Lei de Drogas não prevê pena de prisão para quem porte drogas para consumo pessoal. Não é o STF que está fazendo isso. É a própria lei, aprovada de longa data pelo Congresso Nacional, uma lei que vige desde 2006. No recurso em julgamento, o STF se depara com duas questões: em primeiro lugar, está em discussão se após a despenalização realizada pelo Congresso – com a despenalização significando aqui que não tem pena de prisão –, o porte de maconha para uso pessoal deve ser tratado como crime, punido com medidas penais, ou como um ilícito a ser desestimulado com sanções administrativas, como essas do artigo 28", detalhou Barroso.

O presidente da Corte acrescentou que "não se trata de legalização". "O consumo de drogas ilícitas no Brasil continuará a ser ilegal. As drogas não estão sendo nem serão liberadas no país por decisão do STF. Legalizar é uma definição que cabe ao Poder Legislativo, e não ao Judiciário", emendou. Barroso disse ainda que a ideia do julgamento é amarrar melhor o caminho que já foi apontado pela legislação atual, de forma a deixar um menor espaço de autonomia para agentes de segurança pública, o que gera desigualdade no tratamento dispensado a negros e pobres, muitas vezes mais penalizados do que outros grupos sociais diante de situações de porte de droga.

"O que nós todos estamos considerando como central aqui é definir um critério objetivo para auxiliar os policiais e todos os integrantes do sistema de Justiça – juízes, promotores, procuradores – a diferenciarem o usuário do traficante. Isso porque tráfico de drogas é crime e continua a ser crime, sancionado com a pena de prisão, mas, se não definirmos uma quantidade de maconha que deve ser considerada como de uso pessoal, essa definição continuará nas mãos da autoridade policial em cada caso", emendou.

**DATA DA NOTÍCIA:** 06/03/2024

Título: Lula destaca aliança com Espanha no combate à extrema direita e defende Estado palestino ao lado de Sanchez

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/lula-destaca-alianca-com-espanha-no-combate-a-extrema-direita-e-defende-estado-palestino-ao-lado-de-sanchez/>

Durante encontro com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez, nesta quarta-feira (06/03), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ressaltou a cooperação entre os dois países no combate à extrema direita e reforçou o posicionamento do Brasil a favor da criação de um Estado palestino, posição também defendida por Sánchez.

“Espanha e Brasil são duas grandes democracias que enfrentam o extremismo, a negação da política e o discurso de ódio alimentado por notícias falsas. Nossa experiência no enfrentamento da extrema direita que atua coordenada de forma internacional, nos ensina que é preciso unir todos os democratas do mundo”, disse Lula em seu comunicado à imprensa.

A partir de sua agenda internacional no final de fevereiro com participação nas cúpulas da União Africana, da Comunidade de Países do Caribe (Caricom) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, o presidente brasileiro ressaltou “a grande convergência no Sul Global em torno da necessidade de reforma das organizações internacionais”, e citou o quadro Guernica, do pintor espanhol Pablo Picasso para criticar a “paralisia” do Conselho de Segurança da ONU.

“A obra Guernica de Pablo Picasso sintetiza a indignação com o horror e a destruição causada por todas as guerras e conflitos e deve servir de inspiração para a comunidade internacional. A paralisia do Conselho de Segurança frente à guerra da Ucrânia e Gaza é prova cabal da necessidade de reformas urgentes no sistema de governança global para torná-lo mais representativo, legítimo e eficaz”, disse o presidente brasileiro.

Lula defendeu ainda a necessidade de avançar “imediatamente” na criação de um Estado palestino e “reconhecê-lo como membro pleno da ONU, um estado que seja economicamente viável e que possa conviver em paz com Israel”. Assim com o Brasil, a Espanha tem adotado um tom mais duro para se referir ao massacre promovido por Israel contra a população palestina na Faixa de Gaza e defende publicamente a criação de um Estado Palestino.

“Sempre cobramos a importância da coerência com relação ao direito internacional. Assim como defendemos a saída da Rússia de um país livre e soberano, defendemos desde o primeiro momento.

“Depois de 30 mil mortes e uma devastação na Faixa de Gaza que vai exigir décadas de reconstrução para voltar aos níveis de crescimento econômico e de bem estar anteriores ao ataque, níveis que por si só já eram paupérrimos, nós temos dúvidas razoáveis de que Israel esteja cumprindo com o direito internacional humanitário”, disse Sánchez.

O primeiro-ministro da Espanha também ressaltou sua posição pela criação de um Estado palestino como uma das medidas necessárias para um acordo de paz na região. “Passa sem dúvida pelo reconhecimento dos dois estados pela comunidade internacional, o mundo árabe reconhecendo Israel e o mundo ocidental reconhecendo uma realidade que existe, que é a do Estado palestino”.

**DATA DA NOTÍCIA:** 08/03/2024

Título: Impactos da inflação e da pobreza sobre mulheres na Argentina se agravam com Milei

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/impactos-da-inflacao-e-da-pobreza-sobre-mulheres-na-argentina-se-agravam-com-milei/>

Os ajustes ultraliberais implementados pelo presidente argentino, Javier Milei, impactam mais as mulheres do país. A denúncia é feita por ativistas de movimentos populares que sentem no cotidiano a piora das condições de vida.

“Há um fenômeno de feminização da pobreza”, explica ao Brasil de Fato Yanina Settembrino, integrante da Federação Rural Argentina. “Muitas mulheres são chefes de família e a inflação impacta diretamente na tomada de decisões sobre a economia familiar”, afirma.

Segundo dados oficiais do governo argentino, ainda em 2022, sete a cada 10 pessoas pobres eram mulheres. Já no mercado de trabalho, a diferença de salários entre homens e mulheres era de 28% a menos para as trabalhadoras.

Com Milei, os movimentos apontam piora nesse cenário. Logo que assumiu a presidência no ano passado, o presidente anunciou uma megadesvalorização do peso argentino, o que fez os preços dispararem e os salários perderem poder de compra.

O resultado foi a maior inflação dos últimos 32 anos: mais de 211% em dezembro e superior a 254% em janeiro no índice anual.

“As medidas que estão sendo tomadas afetam não somente a economia familiar, mas também a segurança e os projetos de qualquer mulher”, aponta Laura Camelli. Ao Brasil de Fato, a funcionária pública do estado de Misiones e integrante da Central Sindical de Trabalhadores da Argentina (CTA) diz que as políticas do governo pioram “a saúde, o trabalho, as relações, as possibilidade de crescimento em nossas vidas particulares”.

“Esse avanço sobre nossos direitos afeta nossa possibilidade de sonhar com um futuro melhor. É difícil pensar nisso quando não temos com o que encher as panelas”, diz.

As ativistas ainda rechaçam o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) emitido por Milei, que continha uma reforma trabalhista desreguladora que acabou sendo barrada pela Justiça. Além disso, a “lei ônibus”, pacote de centenas de medidas que pretendem refundar o Estado e as leis argentinas, também é apontada pelas ativistas como elemento de ataque às mulheres.

“A discussão política e também a mobilização nas ruas conseguiu frear a lei que tentaram discutir no Congresso, que era uma lei inconstitucional, era uma reforma constitucional disfarçada de lei. Eles estão decididos a acabar com nosso país e nós estamos decididos a defendê-lo”, disse Yanina.



**DATA DA NOTÍCIA:** 08/03/2024

Título: Trabalhadores se mobilizam contra extinção da agência pública Télam

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/trabalhadores-se-mobilizam-contr-extinc-ao-da-agencia-publica-telam/>

Trabalhadores da agência pública argentina Télam estão acampados em frente ao prédio do veículo, em Buenos Aires, desde a última segunda-feira (04/03). Em frente à sede da empresa, os empregados desenvolvem atividades culturais e informativas para manter viva a luta contra a extinção da companhia.

Na última sexta-feira (01/03), o presidente Javier Milei prometeu extinguir a Télam que, desde então, está fora do ar. No domingo (03/03), os cerca de 770 trabalhadores da mídia pública receberam um e-mail dispensando-os do trabalho por sete dias. No mesmo dia, policiais fecharam o prédio com grades de ferro.

O trabalhador da agência e delegado do Sindicato de Imprensa de Buenos Aires (SiPreBA), Tomás Eliashev, informou que eles ainda não têm informações sobre o futuro do veículo e que devem permanecer em vigília pelo tempo que for necessário.

“Querem nos pagar para não trabalhar e nós queremos trabalhar. Então, estamos nos apresentando no local de trabalho, mas não podemos ingressar porque tem um cercado metálico e a presença de policiais o tempo todo. Temos a missão de evitar que aconteça algo com os arquivos e os computadores e estamos aqui fazendo visível nosso protesto e vamos continuar pelo tempo que seja necessário”, revelou Tomás à Agência Brasil.

O representante dos trabalhadores também contou que o interventor nomeado pelo governo para os meios públicos argentinos informou a eles que apenas ficou sabendo do fechamento da Télam pelos meios de comunicação. “Se, por um lado, valorizamos qualquer instância de diálogo, o porta-voz do governo tem se mostrado bastante pouco efetivo”, lamentou.

Tomás acrescentou que eles têm recebido manifestações de apoio de trabalhadores de imprensa de todo o país, inclusive dos veículos privados. “Estão todos muito preocupados por um eventual fechamento da Télam porque a agência é fundamental para o sistema de meios de comunicação da Argentina. O trabalho que realizamos nutre com informações todos os veículos do país”, completou.

Os trabalhadores ainda lançaram nesta sexta-feira (08/03) um site chamado Somos Télam para divulgar as notícias sobre a luta pela manutenção da agência.

O professor de comunicação da Universidade Nacional de Quilmes, na Argentina, Martín Becerra, publicou artigo defendendo que a Agência Télam é a principal conexão informativa que interliga todas as províncias da Argentina. Para ele, o fechamento do

veículo é um grave ataque à liberdade de expressão e ao direito à comunicação e destacou que a Télam e a Rádio Nacional são os únicos meios com correspondentes em todas as províncias do país.

“A Télam é a segunda agência noticiosa mais importante no idioma espanhol, depois da EFE, que também é estatal, e que tem como acionista principal o Estado espanhol e depende do governo da Espanha. Por outro lado, muitas agências de notícias privadas dos países centrais do mundo necessitam de uma injeção de orçamento estatal para existir”, completou Becerra.

**DATA DA NOTÍCIA:** 12/03/2024

Título: Haiti: em meio à crise de segurança, premiê Ariel Henry renuncia ao cargo

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/haiti-em-meio-a-crise-de-seguranca-premie-ariel-henry-renuncia-ao-cargo/>

O primeiro-ministro haitiano, Ariel Henry, renunciou ao posto na madrugada de segunda (11/03) para terça-feira (12/03), ao mesmo tempo que desafiava e enfrentava uma onda de violência de gangues no país. O anúncio foi feito pelo presidente da Comunidade do Caribe (Caricom) e uma autoridade norte-americana.

“Tomamos nota da renúncia do primeiro-ministro Ariel Henry”, disse Mohamed Irfaan Ali, presidente da Guiana e da Caricom, em conferência de imprensa após uma reunião na Jamaica sobre a crise no Haiti.

Ele disse estar “feliz” em anunciar “um acordo para um governo transitório que abre caminho para uma transição pacífica de poder, continuidade da governação, um plano de ação de segurança a curto prazo e eleições livres e justas”.

Os países caribenhos reuniram-se em caráter de urgência na segunda-feira na Jamaica, por iniciativa da Caricom, com representantes da ONU e de vários países, incluindo a França e os Estados Unidos, para tentar avançar numa solução para o Haiti.

Porto Príncipe continuou neste fim de semana a afundar-se na violência ligada a gangues que exigiam a renúncia de Ariel Henry. Parte da população também se manifestava pela saída do premiê.

**DATA DA NOTÍCIA:** 12/03/2024

Título: Após meses de atrito entre MP e governo, Colômbia elege nova procuradora-geral

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/apos-meses-de-atrito-entre-mp-e-governo-colombia-elege-nova-procuradora-geral/>

A Suprema Corte da Colômbia elegeu nesta terça-feira (12/03) Luz Adriana Camargo como nova procuradora-geral da República. Ela havia sido uma das indicadas na lista tríplice pelo presidente Gustavo Petro, em agosto de 2023. Ela recebeu 18 votos dos 23 magistrados. Para ser eleita, ela precisava de 16.

Camargo substituirá o ex-procurador Francisco Barbosa, que ficou no cargo entre 2020 e fevereiro de 2024. O mandato do então procurador acabou e ele foi substituído de maneira interina por Martha Mancera, ex-vice procuradora, até que a Corte escolhesse uma substituta.

A eleição se arrastou por 7 meses e o período foi marcado por um agravamento nas tensões entre o Ministério Público e o governo. Em 4 oportunidades, os magistrados não chegaram a um consenso sobre a lista tríplice apresentada pelo Executivo e adiaram a escolha. Uma das candidatas renunciou à disputa pouco antes da votação desta terça-feira. Amelia Perez entregou uma carta à Corte pedindo para ser desconsiderada, mas os magistrados rejeitaram o pedido e ela recebeu 2 votos.

Luz Adriana será a segunda mulher a assumir o Ministério Público – sem contar Mancera, que estava no cargo de maneira provisória. Ela é próxima ao ministro da Defesa, Iván Velásquez, e ganhou destaque por investigações enquanto era procuradora delegada do Supremo Tribunal Federal.

Formada em Direito pela Universidade da Sabana, Luz se tornou magistrada auxiliar do Supremo Tribunal Federal em 2005, onde conheceu Iván Velásquez. Os dois fizeram parte da Comissão de Apoio à Investigação para apurar crimes de corrupção cometidos por políticos. O trabalho de Camargo levou a mais de 50 condenações de políticos.

Em 2013, passou a fazer parte da Comissão Internacional contra a Impunidade na Guatemala (CICIG), grupo criado pela ONU para apurar crimes cometidos no país. Mais tarde, fez parte da equipe especial sobre liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A professora de Direito Constitucional Universidade Autônoma Latino-americana disse que apesar da proximidade histórica com o ministro da Defesa, Luz Adriana nunca foi próxima de Petro, o que garantiu a sua eleição nesta terça. “É muito possível que ela tenha sido indicada por Velásquez. Essa proximidade poderia fazer com que a oposição contestasse a escolha dela”, disse ao Brasil de Fato.

Ainda de acordo com ela, é esperado que Camargo siga com as investigações contra o filho de Petro, Nicolás Petro, por lavagem de dinheiro e enriquecimento ilícito, e contra o ex-presidente Álvaro Uribe, acusado de suborno de testemunhas e fraude processual. Ela

também espera que a nova procuradora atue com mais força contra a violência de gênero no país.

“Ela terá que assumir a Declaração de Emergência Nacional por violência Machista, que é uma estratégia para reduzir a violência contra as mulheres. Ela terá que vestir a camisa desse projeto, porque há ainda muita impunidade contra essas violências no país”, disse.

Integrantes do Pacto Histórico, grupo político do presidente, celebraram a escolha. A senadora Clara López disse que esse é “um triunfo para o país e para a democracia”. Outra senadora do grupo, Aida Quilcué, disse esperar que a nova procuradora “lute contra a corrupção e agilize as investigações dos diferentes crimes contra líderes dos direitos humanos na Colômbia”.

Além da votação desta terça, outras quatro votações foram feitas. Na primeira delas, manifestantes protestaram contra a demora e bloquearam a saída do estacionamento do Palácio da Justiça, sede do poder Judiciário.

A escolha da nova procuradora ameniza uma disputa entre o presidente Gustavo Petro e Francisco Barbosa. O ex-procurador tem se colocado em uma disputa política com Petro. Ele encabeça a investigação contra a Federação Colombiana de Educadores (Fecode) e a suspensão do ministro das Relações Exteriores, Álvaro Leyva.

Esses dois episódios esquentaram uma relação que é tensa desde a eleição de Petro em 2022, que chegou a dizer que o Ministério Público tentou dar um “golpe de Estado” pelas vias judiciais. Ele disse que as investigações contra sua cúpula representam uma “ruptura institucional” e pediu atenção dos outros países à “tomada do MP pela máfia”.

**DATA DA NOTÍCIA:** 13/03/2024

Título: Chanceler venezuelano acusa Estados Unidos de articular plano de assassinato contra Nicolás Maduro

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/chanceler-venezuelano-acusa-eua-de-articular-plano-de-assassinato-contra-maduro/>

O governo da Venezuela acusou, nesta terça-feira (12/03), os Estados Unidos de estar implicado em um plano de assassinato contra o presidente Nicolás Maduro.

Por meio de redes sociais, o ministro das Relações Exteriores, Yván Gil, reproduziu uma mensagem de Brian Nichols, secretário adjunto para Assuntos do Ocidente pelo Departamento de Estado norte-americano, alertando que os comentários do alto funcionário expõem suposto envolvimento de setores de Washington no plano contra o mandatário venezuelano.

Na mensagem reproduzida pelo chanceler, Nichols defendeu representantes da oposição política implicados pelo sistema judicial venezuelano ao criticar a detenção de quatro colaboradores da líder antichavista María Corina Machado, então candidata da principal coalizão opositora nas eleições presidenciais de 28 de julho que se encontra inelegível por determinação da Justiça

“A detenção do coordenador da campanha de Barinas do Vente Venezuela, Emill Brandt, e a detenção contínua de membros da campanha do VV, Juan Freitas, Luis Camacaro, Guillermo López, são violações claras do acordo de Barbados. Pedimos alibertação imediata e incondicional, bem como a libertação de todos os venezuelanos detidos injustamente, incluindo Rocío San Miguel”, disse Nichols.

Em seguida, Yván Gil respondeu o subsecretário norte-americano afirmando que a mensagem de Nichols “é uma revelação das más intenções do governo dos Estados Unidos e expõe as suas implicações no plano de magnicídio contra o presidente Nicolás Maduro”:

“A teimosa e vergonhosa defesa das pessoas que tentaram criar o caos, a destruição e a morte na Venezuela colidiu com a dignidade do nosso povo, que derrotou cada conspiração de forma digna e corajosa. O império e seus lacaios com grandes sobrenomes não conseguiram e não conseguirão. Nós ganharemos!”, escreveu o chanceler.

Os comentários de ambas as autoridades foram feitos um dia após Maduro ter sido confirmado candidato à reeleição para um possível terceiro mandato na Venezuela. A decisão foi tomada por sua legenda, o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV), em uma série de assembleias convocadas em diversos estados do país.

O anúncio oficial da candidatura será feito no congresso do partido, em 15 de março.

**DATA DA NOTÍCIA:** 14/03/2024

Título: Haiti: ONU anuncia retirada de trabalhadores e Quênia espera conselho de transição para enviar missão

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/haiti-onu-anuncia-retirada-de-trabalhadores-e-quenia-espera-conselho-de-transicao-para-enviar-missao/>

O pessoal “não essencial” da ONU no Haiti deixou o país a partir desta quarta-feira (13/03) “devido à situação de segurança volátil”, anunciou o porta-voz, sem especificar o seu número, enquanto o Quênia informou que enviará policiais somente após formação de conselho de transição presidencial.

A ONU, que conta atualmente com cerca de 1.500 funcionários no país, incluindo mais de 250 internacionais, “não vai sair do Haiti”, insistiu o comunicado de imprensa, especificando que o pessoal encarregado das “atividades vitais” continuaria seu trabalho.

Também nesta quarta-feira, o presidente queniano, William Ruto, disse que garantiu aos Estados Unidos que o envio de policiais ao Haiti, planejado como parte de uma missão internacional liderada por Nairóbi, ocorrerá quando um conselho de transição presidencial for criado na ilha.

**DATA DA NOTÍCIA:** 18/03/2024

Título: Nicolás Maduro oficializa candidatura à reeleição na Venezuela

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/nicolas-maduro-oficializa-candidatura-a-reeleicao-na-venezuela/>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, aceitou a candidatura à reeleição neste sábado (16/03), após o Partido Socialista Unido da Venezuela (PSUV) ter oficializado a decisão por meio de um comunicado no início da semana, na última segunda-feira (11/03).

“Recebi a indicação do PSUV para a candidatura presidencial coletada nas Assembleias de Base que foram realizadas de ponta a ponta em todos os cantos do país. Vou carregá-la com orgulho para um único destino: a vitória popular deste 28 de julho. Conte com meu amor e proteção”, declarou o presidente por meio das redes sociais.

Assim, o líder venezuelano disputará seu terceiro mandato no pleito marcado para 28 de julho.

“Obrigado por esta grande demonstração de patriotismo revolucionário, como é bom ver as lideranças das freguesias, municípios e estados juntas com as suas bases na democracia participativa e dirigente. É um verdadeiro ato de amor e lealdade a Chávez. Caminhamos para 2030 unidos e em vitória popular”, declarou Maduro aos seus milhares de apoiadores durante a cerimônia.

Governo e oposição firmaram um acordo em outubro, em Barbados, para garantir a transparência e a lisura da escolha, incluindo a permissão para a participação de observadores internacionais.

Ainda resta saber o nome do representante da oposição, após a justiça vetar a candidatura de María Corina Machado, que emergiu das primárias de outubro.

O prazo para apresentação das candidaturas foi fixado para 25 de março.

**DATA DA NOTÍCIA:** 18/03/2024

Título: Crise de energia em Cuba é resultado do bloqueio norte-americano, denuncia Díaz-Canel

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/crise-de-energia-em-cuba-e-resultado-do-bloqueio-norte-americano-denuncia-diaz-canel/>

Após um protesto contra os cortes de energia elétrica e a distribuição de alimentos em Cuba, o presidente do país, Miguel Díaz-Canel Bermúdez, afirmou neste domingo (17/03) que a escassez gerada “pelo bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos” é “aproveitada pelos inimigos da Revolução para fins desestabilizadores”.

O mandatário cubano ressaltou que “em meio a um bloqueio que pretende nos sufocar, continuaremos trabalhando em paz para sair desta situação”.

“A disposição das autoridades do Partido, do Estado e do Governo é atender às reivindicações do nosso povo, ouvir, dialogar, explicar os numerosos esforços que estão a ser feitos para melhorar a situação, sempre num clima de tranquilidade”, declarou Díaz-Canel.

Sobre a manifestação, realizada na cidade de Santiago de Cuba, o presidente cubano denunciou a participação de “terroristas baseados nos EUA” que “incentivam ações contra a ordem interna de Cuba”.

“A disposição das autoridades do Partido, do Estado e do Governo é atender às reivindicações do nosso povo, ouvir, dialogar, explicar os numerosos esforços que estão a ser feitos para melhorar a situação, sempre num clima de tranquilidade”, declarou Díaz-Canel.

Sobre a manifestação, realizada na cidade de Santiago de Cuba, o presidente cubano denunciou a participação de “terroristas baseados nos EUA” que “incentivam ações contra a ordem interna de Cuba”.

Durante a conversa, o governo cubano explicou que a cesta básica está sendo parcialmente distribuída aos cidadãos. A caixa de alimentos inclui vários insumos que são distribuídos a preços altamente subsidiados no país em meio ao bloqueio norte-americano.

Segundo explicação do governo, o país não pode produzir tais insumos devido a obstáculos internos ou importá-los por causa do déficit das conversões de moedas e outras limitações impostas pelas sanções dos EUA.

**DATA DA NOTÍCIA:** 21/03/2024

Título: Venezuela abre denúncia na Organização da Aviação Civil por roubo e desmonte de avião

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/venezuela-abre-denuncia-na-organizacao-da-aviacao-civil-por-roubo-e-desmonte-de-aviao/>

O ministro do Transporte da Venezuela, Ramón Celestino Velásquez Araguayán, apresentou nesta quarta-feira (20/03) uma reclamação na Organização Internacional da Aviação Civil (OACI) contra o que chamou de “roubo” e “desmonte” do avião da estatal Emtrasur.

Segundo Araguayán, o governo argentino desrespeitou a Convenção da Aviação Civil Internacional desde o momento em que não permitiu o avião abastecer. O ministro disse também que o retorno do avião aos Estados Unidos é um “sequestro” e pediu atenção da comunidade internacional sobre a “gravidade das violações de leis internacionais pelos EUA e Argentina”.

Em sua fala, o ministro também falou sobre a “destruição” do avião já em solo estadunidense. Pediu medidas da organização para evitar que isso se repita e o “pleno respeito” aos direitos dos Estados que fazem parte da organização.

O governo venezuelano também acusa os Estados Unidos e Argentina de violar a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, que determina que “um tratado não cria obrigações nem direitos para um terceiro Estado sem o seu consentimento”. O texto assinado em 1969 regula os procedimentos para acordos e tratados internacionais.

O ministro disse também que, durante a saída da aeronave da Argentina, os EUA usaram uma tripulação não autorizada e desligaram seu sistema de identificação aéreo para passar por alguns trechos. Para Araguayán, essas medidas configuram uma “ameaça real à segurança de todos os Estados”. Ele reforçou que a Venezuela sempre cumpriu com o estabelecido no convênio.

**DATA DA NOTÍCIA:** 22/03/2024

Título: Haitianos apontam saídas para crise e se posicionam contra mais uma ocupação militar estrangeira

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/haitianos-apontam-saidas-para-crise-e-se-posicionam-contramais-uma-ocupacao-militar-estrangeira/>

Há duas semanas o Haiti vive um contexto de crise aguda que derrubou o primeiro-ministro do país, Ariel Henry, gerou uma onda de violência que obrigou milhares de pessoas a deixarem suas casas e preocupa a comunidade internacional. A saída acordada por atores internacionais é o envio de mais forças de segurança, sejam soldados ou policiais, apressando o cumprimento de decisão do Conselho de Segurança da ONU que foi tomada em outubro passado a pedido do próprio Henry, com apoio dos Estados Unidos.

Apoiar a nova missão militar virou exigência para quem quiser se tornar um dos sete integrantes do Conselho Presidencial Provisório. O órgão proposto pela Comunidade do



Caribe (Caricom) deve assumir o poder em breve e, em tese, faria uma mediação entre diversos grupos haitianos.

Até agora a missão ainda não tem muitas definições – não se sabe quem mandará os soldados, com quais recursos e quais suas obrigações e deveres. A única definição é que será voltada exclusivamente à segurança, fórmula adotada em outros momentos da história do Haiti que, segundo pesquisadores, teria deixado resultados catastróficos para o país.

Os grupos políticos haitianos, muitos divididos quanto a essa exigência, tiveram apenas 48h para decidir se estavam de acordo e indicar os nomes dos seus representantes. Muitos deles têm acusado essa de ser a mais nova chantagem política internacional.

Vale lembrar que Henry, visto como ilegítimo por boa parte da sociedade, foi nomeado por Jovenel Moïse, ex-presidente que já estava com seu mandato terminado e continuou no poder até o dia 7 de julho de 2021. Nesta data, Moïse foi assassinado, justamente três dias após a nomeação de Henry como primeiro-ministro, em um crime até hoje não esclarecido, com vários indícios de obstrução da justiça e sem ter todos seus possíveis mandantes investigados. Henry também tem graves denúncias contra ele de ter fortes ligações com diversos desses grupos armados.

A sociedade civil do Haiti já havia formulado em 2021 um conjunto de propostas não-violentas para viabilizar a transição política no país, presentes no Acordo de Montana.

**DATA DA NOTÍCIA:** 22/03/2024

Título: Congresso venezuelano aprova lei que cria novo Estado em Essequibo

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/congresso-venezuelano-aprova-lei-que-cria-novo-estado-em-essequibo/>

Em decisão unânime, a Assembleia Nacional da Venezuela aprovou e sancionou, nesta quinta-feira (21/03), a Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Essequiba. O projeto consiste na criação de um novo Estado chamado Guiana Essequiba, buscando proteger a soberania venezuelana do território que está em disputa com a Guiana.

“Aprovada por unanimidade, consequentemente a Lei Orgânica para a Defesa da Guiana Essequiba é declarada sancionada, e é enviada à Câmara Constitucional do Supremo Tribunal de Justiça que se pronunciará sobre a constitucionalidade de natureza orgânica”, declarou o presidente do Parlamento, Jorge Rodríguez.

Por sua vez, o deputado Diosdado Cabello, um dos líderes do chavismo, ressaltou que “esta Assembleia Nacional reivindica o direito do povo venezuelano de defender nosso território com uma lei aprovada”.

A lei veio após o referendo consultivo sobre a proteção de Guiana Essequiba, realizado em Caracas em 3 de dezembro, e que obteve mais de 10 milhões de votos nas quais os venezuelanos responderam “Sim” às cinco questões aprovadas pelo Conselho Nacional Eleitoral (CNE).

Na ocasião, o presidente venezuelano Nicolás Maduro estabeleceu que seu governo implementará para a Guiana Essequiba, entre as quais: a criação de um alto comissariado nacional; a criação de uma Zona de Defesa Integral; a concessão de licenças de operação para exploração de petróleo, gás e mineração; e a divulgação do novo mapa da Venezuela com a inclusão do Essequibo.

Composta por 22 artigos e quatro capítulos, a Lei Orgânica sancionada nesta quinta-feira resulta também na nulidade da Sentença Arbitral de Paris, documento com o qual se pretendia legitimar a expropriação do território do Essequibo da nação sul-americana.

**DATA DA NOTÍCIA:** 26/03/2024

Título: Petro avança nos diálogos com guerrilhas na Colômbia, mas herda desconfiança de governos anteriores, diz especialista

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/petro-avanca-nos-dialogos-com-guerrilha-s-na-colombia-mas-herda-desconfianca-de-governos-anteriores-diz-especialista/>

O presidente da Colômbia, Gustavo Petro, tem avançado nos diálogos de paz com grupos guerrilheiros, em especial com o Exército de Libertação Nacional (ELN). No entanto, ainda enfrenta resistência e desconfiança por parte dos grupos armados, segundo Luz Angela Rojas, integrante da articulação de movimentos populares do país, no Congresso dos Povos.

Em conversa com o Brasil de Fato sobre a atuação do ELN e os diálogos de paz com o governo, ela disse que o Estado colombiano não cumpre os acordos que faz com grupos guerrilheiros desde os anos 1950 e a postura de governos anteriores gerou desconfiança no ELN.

“Os diálogos com o ELN são históricos. A desconfiança que as guerrilhas têm não é questão de impedir o diálogo, mas faz parte do reconhecimento da história do nosso país. As elites além de não cumprir os acordos, mataram de forma sistemática militantes”, disse ao Brasil de Fato.

Parte desse descumprimento se dá porque, até então, a Colômbia teve governos ocupados pela direita no país. Para Rojas, esse setor sempre entendeu a paz como a

entrega de armas, algo que, para as guerrilhas, é parte importante das negociações para não mostrar fragilidade e vulnerabilidade nos diálogos. Em vez de entregar as armas, o objetivo é se comprometer em não usá-las. Por isso o ELN fala em ciclos de discussão para estabelecer tréguas temporárias.

Segundo a integrante do Congresso dos Povos, o ELN desenvolveu um sistema de inteligência que permite identificar de forma rápida essas violações por parte do governo.

“Quando o ELN fala que o governo não tem cumprido os acordos, além de um chamado, é demonstração da inteligência que tem o ELN, de infiltração e capilaridade no território. Todo esse processo de inteligência e contrainteligência que tem o ELN foi construído por conta desse desrespeito aos acordos”, afirmou.

O ELN tem participado de mesas de negociação pela paz com o governo colombiano. A última delas foi em Cuba, em fevereiro. No encontro, as duas partes prorrogaram o cessar-fogo até agosto. No entanto, o ELN acusou em março o governo de ter violado essa trégua, suspendeu as negociações e disse que o processo estava em “crise aberta”. Após esse episódio, o grupo guerrilheiro retomou as conversas e que vai se preparar para o próximo ciclo de debates que será em abril, na Venezuela.

**DATA DA NOTÍCIA:** 27/03/2024

Título: Lula e Macron anunciam ‘parceria estratégica’ na construção de submarino nuclear para ‘garantir paz’

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/lula-e-macron-anunciam-parceria-estrategica-na-construcao-de-submarino-nuclear-para-garantir-paz/>

Ao lado do líder francês Emmanuel Macron, o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva declarou esta quarta-feira (27/03) como um “dia histórico” durante uma cerimônia realizada no complexo naval de Itaguaí, no Rio de Janeiro. Os chefes de Estado anunciaram uma parceria que prevê a troca de tecnologia para a construção de um submarino de propulsão nuclear no Brasil.

“Diga aos franceses que o Brasil quer o conhecimento da tecnologia nuclear, não para ter guerra, mas para garantir aos países que querem paz, que o Brasil estará ao lado de todos eles”, disse Lula ao presidente francês, expressando sua vontade de querer fortalecer a parceria naval, científica e tecnológica com o país europeu.

Nesta quarta-feira, os líderes acompanharam o lançamento do submarino Tonelero, de propulsão diesel-elétrica e fabricado no Brasil com tecnologia francesa. Essa é a terceira embarcação produzida por meio do acordo de cooperação entre os dois países. O quarto

submarino será lançado em 2025 e, na sequência, terá início a parceria para a construção do primeiro de propulsão nuclear no Brasil.

**DATA DA NOTÍCIA:** 28/03/2024

Título: Venezuela responde às ingerências dos EUA ao sistema eleitoral: 'insolentes e falsas'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/venezuela-responde-as-ingerencias-dos-eua-ao-sistema-eleitoral-insolentes-e-falsas/>

O Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela (CNE) rechaçou nesta quinta-feira (28/03) os questionamentos do Departamento de Estado norte-americano em relação ao processo eleitoral no país sul-americano, marcado para 28 de julho.

Para o CNE, as críticas do governo dos Estados Unidos não se sustentam por terem como objetivo “desprestigiar” a instituição, declarando que o posicionamento é “insolente e falso”. “A democracia venezuelana está sustentada em uma série de pilares muito avançados, entre os quais se destaque seu sistema eleitoral”, aponta o documento.

Segundo o órgão, o sistema eleitoral venezuelano mostrou, “ao longos dos anos”, padrões de “profissionalismo e segurança”.

“O povo venezuelano irá eleger seu presidente de maneira livre e soberana através de um sistema impecável e confiável. Qualquer tentativa de interferir no processo será enfrentado com determinação”, afirmou o órgão.

Isso por que, na quarta-feira (27/03), o Departamento de Estados dos EUA soltou uma nota afirmando “profunda preocupação” em relação ao sistema eleitoral da Venezuela. O documento fala de uma suposta decisão do Conselho Nacional Eleitoral venezuelano de impedir que “partidos da oposição democrática registrem sucessivos candidatos para as próximas eleições presidenciais”.

Tal trecho foi criticado pelo órgão do país sul-americano, que disse não “poder assumir e nem se responsabilizar” pelas “incapacidades pessoais de alguns indivíduos que pretendem colocar seus interesses acima da legalidade nacional”.

E ainda criticou a posição dos Estados Unidos quando as eleições norte-americanas utilizam um sistema eleitoral “obsoleto e ineficiente”, declarando que não há no país um órgão governamental que consiga “processar e divulgar resultados certos e confiáveis aceitos por todos os eleitores”.

O órgão lembrou que as eleições de 28 de julho são as 31ª em 25 anos, e que os venezuelanos devem escolher o seu próximo presidente entre 13 candidatos nomeados por 37 organizações políticas.

A nota foi divulgada após as inscrições para o pleito de julho serem encerradas, e a candidata indicada pela Plataforma Unitária Democrática (PUD), Corina Yoris, não conseguiu se inscrever por não ter tido acesso à plataforma do CNE.

O próprio Ministério das Relações Exteriores do Brasil também expressou “expectativa e preocupação” em relação ao processo eleitoral na Venezuela. Uma posição que foi rejeitada pelo governo venezuelano.

“O governo venezuelano tem mantido uma conduta fiel aos princípios que regem a diplomacia e as relações amistosas com o Brasil, em nenhuma hipótese emite e nem emitirá juízos de valor sobre os processos políticos e judiciais que ocorrem naquele país, conseqüentemente, tem o moral exigir o mais estrito respeito pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos e pela nossa democracia, uma das mais robustas da região”, disse o comunicado após nota do Itamaraty.

No entanto, apesar das críticas, a Venezuela elogiou o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva por sua posição contrária às sanções impostas pelos Estados Unidos sobre o país.

**DATA DA NOTÍCIA:** 31/03/2024

Título: Maioria no Brasil não crê em volta da ditadura e apoia veto de Lula a atos do golpe, diz Datafolha

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/31/maioria-no-brasil-nao-cre-em-volta-da-ditadura-e-apoia-veto-de-lula-a-atos-do-golpe-diz-datafolha>

Pesquisa Datafolha divulgada neste domingo (31), mostra que a maioria da população (53%) não vê chance de uma nova ditadura no Brasil e também que 59% dos brasileiros apoia a decisão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de vetar a realização de eventos em órgãos públicos para marcar a data dos 60 anos do golpe militar no país neste dia 31 de março.

Os dados mostram que a porcentagem dos que não veem possibilidade da volta de um regime ditatorial no país é a maior em dez anos, quando o Datafolha começou a medir a opinião da população brasileira sobre a eventual volta da ditadura. Além disso, a pesquisa também revela que apesar de ter causado um mal-estar entre partidos e movimentos sociais de sua base aliada, a decisão de não realizar eventos oficiais sobre os 60 anos do golpe que impôs uma ditadura civil-militar no país foi respaldada pela maioria da população.

Ao todo, a pesquisa Datafolha ouviu 2.022 pessoas em 147 cidades brasileiras em 19 e 20 de março. A margem de erro é de dois pontos para mais ou menos. Na última pesquisa do tipo, realizada em agosto de 2022 em plena disputa eleitoral entre Lula e Bolsonaro, 49%

acreditavam na impossibilidade de uma nova ditadura, com 25% vendo pouco risco e 20%, muita chance de volta de um regime ditatorial.

O levantamento indica ainda que a maior porcentagem dos que não veem chance de volta da ditadura coincide com o ápice das investigações sobre a tentativa de golpe de Estado ocorrida após as eleições de 2022 para tentar manter o então presidente Jair Bolsonaro no poder. Em uma ofensiva sem precedentes sobre militares de alta patente, a Polícia Federal intimou para depor sobre a suspeita de golpe os ex-comandantes das três Forças Armadas, o ex-ministro da Defesa e outros militares de alta patente e ex-ministros de Bolsonaro.

Os comandantes do Exército e da Aeronáutica confirmaram à PF que o ex-presidente chegou a apresentar a eles propostas de decretos golpistas para evitar a posse de Lula. Segundo os dois ex-comandantes, apenas o ex-comandante da Marinha, Almir Garnier, teria sinalizado apoio à iniciativa do presidente caso ele seguisse adiante com um decreto golpista. Intimado pelos investigadores, Garnier ficou em silêncio.

**DATA DA NOTÍCIA:** 31/03/2024

Título: Dino propõe notificar militares de decisão do STF sobre veto a intervenção militar

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2024/03/31/dino-propoe-notificar-militares-de-decisao-do-stf-sobre-veto-a-intervencao-militar>

Sob o argumento de “expungir desinformações que alcançaram alguns membros das Forças Armadas”, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Flávio Dino, propôs que a corte notifique o Ministério da Defesa para que seja difundida em todas as organizações militares a decisão do julgamento que trata dos limites constitucionais da atuação das Forças Armadas no país.

A proposta foi feita no voto do ministro durante julgamento virtual da ação que discute o artigo 142 da Constituição. Com o voto de Dino, divulgado neste domingo, (31), já são três votos contra a possibilidade de uma “intervenção militar constitucional” e outras teses semelhantes que chegaram a ser aventadas durante o governo de Jair Bolsonaro para tentar dar um golpe de Estado. No julgamento virtual, os ministros apresentam seus votos eletronicamente no sistema durante o prazo estabelecido que, no caso dessa ação, vai até o dia 8 de abril.

“Assim sendo, visando ampliar a ‘convicção entre os principais responsáveis pela vida constitucional’ acerca do ora decidido, acresço ao voto do relator a determinação de que, além da Advocacia-Geral da União, a íntegra do acórdão seja enviada ao Exmo. Ministro de Estado da Defesa, a fim de que – pelos meios cabíveis – haja a difusão para todas as

organizações militares, inclusive escolas de formação, aperfeiçoamento e similares. A notificação visa expungir desinformações que alcançaram alguns membros das Forças Armadas – com efeitos práticos escassos, mas merecedores de máxima atenção pelo elevado potencial deletério à Pátria”, diz o voto do ministro.

Dino divulgou sua posição na data que marca os 60 anos do golpe civil-militar no país. Em seu voto ele rememora o período, lembra que a ditadura cassou três ministros do STF e considera um resquício do regime militar o fato de o Supremo ainda estar se debruçando sobre os limites que a Constituição de 1988 impõe à atuação das Forças Armadas, que devem ser submetidas ao poder civil.

Em uma indireta ao jurista Ives Gandra Martins, cujo parecer sobre atuação de militares embasou teses golpistas de Bolsonaro e seus aliados em 2022, Dino refutou a possibilidade da existência de um “Poder Moderador” dos militares com base na interpretação do artigo 142 da Constituição.

“Eventos recentes revelaram que ‘juristas’ chegaram a escrever proposições atinentes a um suposto ‘Poder Moderador’, que na delirante construção teórica seria encarnado pelas Forças Armadas. Tais fatos, lamentavelmente, mostram a oportunidade de o STF repisar conceitos basilares plasmados na Constituição vigente - filiada ao rol das que consagram a democracia como um valor indeclinável e condição de possibilidade à concretização dos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs”.